

#### 4. Sujeitos, relações e ação institucional

Antes de discutir diretamente as intervenções pedagógicas realizadas pelos/as educadores/as, nos ativemos numa análise dos relatos que descreviam o ambiente cotidiano da escola. Todos os 37 diários analisados traziam relatos sobre esse aspecto.

A análise destes registros que tratavam especificamente sobre o contexto escolar nos permitiu construir algumas categorias de análise e eixos organizadores. As categorias foram organizadas em três eixos básicos: *sujeitos* (onde agrupamos todos os registros que descrevem pessoas, sujeitos, atores que fazem parte da comunidade escolar), *relações* (onde estão as categorias que dizem respeito a como esses sujeitos se relacionam no contexto escolar) e *ação institucional* (que registra que atitudes, posturas, ações e procedimentos educadores/as e especialmente os/as gestores da escola agem diante desses sujeitos e suas relações). Nos quadros a seguir, eixos e categorias e, entre parênteses, o número de vezes em que cada categoria foi associada a uma unidade de análise:

Quadro 1: Categorias de análise - Eixo organizador: Sujeitos

Categoria de análise	#
Expressão de gênero dissonante Citações que apontavam para um “descumprimento” de uma expectativa de comportamento de gênero baseada numa norma hegemônica reconhecida	22
Aluno/a assumidamente homossexual Relatos que identificavam estudantes não apenas apontados, mas assumidamente homossexuais	19
Educadores homossexuais Relatos que identificavam educadores/as não apenas apontados/as, mas assumidamente homossexuais	3
Homens na educação infantil Relatos que reportavam a experiência de profissionais homens na educação infantil	3
Homoparentalidade Registros que marcavam a existência de pais e mães homossexuais	3
Aluna/o assumidamente trans Relatos que identificavam estudantes não apenas apontados, mas assumidamente travestis ou transexuais	2

Quadro 2: Categorias de análise - Eixo organizador: Relações

Categoria de análise	#
Agressão verbal Relatos de agressão verbal envolvendo questões ligadas a gênero e sexualidade	32
Desconforto Relatos sobre desconforto ou dificuldades de aceitação/convivência	23
Educadoras/es como agressores/as Relatos que marcam educadores/as como agentes de discriminações ou violências	8
Negação Relatos que afirmam a não existência de conflitos na escola por questões ligadas à sexualidade	8
Reação agressiva da vítima Relatos que descrevem reações agressivas – em alguns casos até violentas – de sujeitos anteriormente identificados como vítimas de discriminações ou violências ligadas a questões de gênero e sexualidade	8
Violência física Relatos de violência física envolvendo questões ligadas a gênero e sexualidade	7
Isolamento Relatos que descrevem experiências de exclusão/isolamento motivadas ou relacionadas a questões de gênero e sexualidade	6
Rejeição a trans Relatos sobre desconforto ou dificuldades de aceitação/convivência junto a pessoas travestis ou transexuais	6
Recorrência Unidades que marcam a repetição/frequência/cotidianidade de situações de discriminação e violência	6
Resistência motivada por motivos religiosos Relatos que evocam argumentos religiosos para justificar resistência/dificuldade em lidar com questões ligadas à homo/trans/bissexualidade ou que flexibilizem/questionem os modelos normativos de gênero	5
Dificuldade em lidar com sensualidade homoerótica Relatos que marcam dificuldades diante de situações que envolvam afeto ou prazer entre pessoas do mesmo gênero	4
Discriminação em geral Citações genéricas sobre discriminação e preconceito	3
Privacidade violada: relatos de violações da privacidade de estudantes por questões ligadas a gênero e sexualidade	2
Reivindicação do nome social Relatos em que estudantes reivindicavam o reconhecimento de um nome social feminino	2
Resistência dos meninos: citações que descrevem uma maior dificuldade de estudantes do gênero masculino em lidar com questões ligadas à homo/trans/bissexualidade ou que flexibilizem/questionem os modelos normativos de gênero	2
Evasão: relatos de evasão escolar motivada por discriminações e violências ligadas a questões de gênero e sexualidade em que o/a aluno/a discriminado é quem abandona a escola	1
Suicídio: relatos de suicídio motivado/relacionado a questões de gênero e sexualidade	1

Quadro 3: Categorias de análise - Eixo organizador: Ação Institucional

Categoria de análise	#
Repreensão aos/as dissonantes de gênero Relatos que marcam algum tipo de repreensão a estudantes/profissionais que desrespeitem as expectativas hegemônicas de gênero	10
Repreensão do/a agressor/a Relatos que marcam algum tipo de repreensão ao sujeito identificado como agressor em algum caso de discriminação/violência	8
Chamar o responsável da vítima Relatos que a escola, diante de casos de agressão/discriminação, convoca os responsáveis da vítima para reunião	7
Omissão / desconhecimento Relatos que afirmam algum tipo de omissão ou mesmo o simples desconhecimento da direção/gestão da escola	4
Chamar o responsável do agressor Relatos que a escola, diante de casos de agressão/discriminação, convoca os responsáveis do/a agressor/a para reunião	3
Ausência de profissionais específicos Registros que apontam para a falta de profissionais que, no entender de quem relata, seria mais indicado a trabalhar com determinadas questões	2
Discurso religioso Registros de discurso religioso como justificativa para ação institucional	2
Desconhecimento de leis e normativas Registros que apontam o desconhecimento de leis e normativas que orientassem a ação diante de situações de discriminações ou mesmo na gestão das relações dentro da escola	2
Posicionamento público anti-discriminação da escola Relatos em que a escola se posiciona institucionalmente contra alguma forma de discriminação	2
Educadores que sustentam atitudes discriminatórias Registros que marcam educadores/as sustentando / ratificando atitudes discriminatórias	2
Interdição da sexualidade Relatos em que a sexualidade de alunos/as é alvo de interdições por parte de educadores/as	2

#### 4.1 Os sujeitos e a visibilidade das diferenças

Os relatos falam, em primeiro lugar, de uma diversidade de sujeitos que compartilham o espaço escolar. Sujeitos marcados pela diferença, que carregam identidades, concepções culturais e práticas muito diversas. Esses sujeitos não só habitam, mas forçosamente interagem dentro da escola, por uma rede de relações que parece atravessada por desigualdades, conflitos, normatizações, violências e resistências.

O primeiro aspecto que nos chama imediata atenção na análise dos registros dos/as educadores/as é a *visibilidade* da diversidade sexual nos contextos

escolares. Analisando os contextos descritos pelos/as educadores/as com os quais trabalhamos, a diversidade sexual e de gênero aparece como algo bastante visível nas escolas, não apenas pelas situações de violência, mas também pela performance e enfrentamento de alguns sujeitos, especialmente estudantes.

Não estamos negando que a invisibilidade, ou melhor, que processos de invisibilização das diferenças sejam constantes no cotidiano escolar (como mostra Castro, 2004, por exemplo). A invisibilidade pode talvez ser presumida, a partir de relatos que falam da inexistência de situações de conflito relacionados ao gênero e à sexualidade. No entanto, o que salta aos olhos na nossa leitura dos textos é justamente a grande visibilidade dessas diferenças. Muitas vezes elas se evidenciam em situações que tomam mesmo uma centralidade na vida da escola durante algum tempo, envolvendo estudantes, professores/as, técnico/a-administrativos/as, familiares, enfim, mobilizando boa parte da comunidade escolar. O relato a seguir exemplifica um pouco como determinadas situações contagiam grande parte da comunidade escolar – e nos fazem descrever numa possível invisibilidade.

Em uma certa manhã fui chamada às pressas para a quadra onde acontecia a aula de Educação Física. Ao chegar lá me deparei com um tumulto incontrolável, alunos gritando e falando ao mesmo tempo.

No meio de tanta confusão percebi que apenas duas meninas não estavam eufóricas como o restante da turma. E com a ajuda de outras professoras conseguimos acalmar um pouco os alunos.

E assim descobri o que se tratava: as duas meninas pediram para sair um pouco mais cedo da aula de ginástica e foram para o banheiro tomar banho. Algumas outras meninas que já estavam desconfiando no banho, tiraram foto e foram correndo mostrar aos outros alunos que permaneceram na quadra.

E foi aquela confusão, todos queriam entrar ao banheiro. As meninas que estavam tomando banho perceberam a movimentação e foram logo se vestindo porém já era tarde demais a notícia já estava percorrendo por toda a escola. (Caderno 7 - Professora de educação infantil e fundamental da rede municipal de Nilópolis)

Essas diferenças são estabelecidas, construídas, nomeadas, enxergadas, verbalizadas, assumidas, discutidas em diferentes espaços da escola: nos conselhos de classe, nas salas de aula, na sala dos professores, nas reuniões com as famílias, no pátio do recreio. E o que visibiliza as diferenças são, na totalidade dos relatos, os sujeitos. Grande parte dos registros (15) fala sobre a existência de alunos assumidamente homo ou bissexuais dentro da escola, especialmente

homens. Muitos falam de jovens que transgridem consideravelmente expectativas hegemônicas de comportamento de gênero.

Gabriel cursa a 8ª série e sempre apresentou um estilo diferente de ser; já foi EMO e atualmente veste-se de maneira extravagante, usa maquiagem e se diz bissexual. (Caderno 1 - Orientadora educacional da rede municipal de São Gonçalo)

Alguns relatos falam também sobre alunas homo ou bissexuais e estudantes transexuais ou travestis, mas com menos recorrência - isto talvez tenha relação com processos de invisibilização da homossexualidade feminina e com uma realidade mais extrema de exclusão que travestis e transexuais vivenciam no ensino formal. Falam também sobre pais e mães homossexuais e em famílias homoparentais integrando a comunidade escolar. E em número menor, aparecem também relatos sobre educadores/as homossexuais – que algumas vezes parecem enfrentar mais dificuldades para se assumirem publicamente do que os/as estudantes.

Eu possuo uma postura concreta (sou homossexual declarado) e às vezes penso que as pessoas se sentem desconfortáveis em determinadas situações, mas com os diretores foi mais simples. A diretora geral da minha instituição é uma homossexual (porém não declarada) (Caderno 46 - Professor de ensino médio da rede estadual de Niterói)

Embora não tenhamos dados para ratificar essa ideia, nos parece difícil imaginar há vinte, trinta anos atrás, alunos e alunas assumidamente gays, lésbicas, travestis ou transexuais, ou, independente de pertencimentos ou identidades, estudantes que transgredissem tão clara e explicitamente normatizações de comportamento de gênero dentro da escola. Essa visibilidade no espaço escolar talvez seja parte de toda uma movimentação social que tornou a homossexualidade, a transexualidade e algumas identidades - gays, lésbicas, travestis e transexuais - mais visíveis socialmente nas últimas décadas. (Trevisan, 1996)

A marca de visibilidade desses sujeitos, sejam alunos/as ou educadores/as, parece estar centrada não só nas situações de violência a que estão expostos, mas também – e especialmente - nas suas expressões de gênero (Butler, 2003). Não é simplesmente uma orientação sexual – assumida ou presumida – mas sim um jeito de andar, vestir, falar e se comportar que de alguma maneira foge à norma social

reconhecida que marcam os relatos sobre esses sujeitos. É esse descumprimento das expectativas de comportamento de gênero que parece tornar visíveis essas pessoas dentro da comunidade escolar.

(...) um aluno do 8º ano gosta de balé e faz aberturas incríveis em sala, gerando maior tumulto. (Caderno 13 - Coordenadora pedagógica da rede estadual em Seropédica)

Um menino educado por mãe e padrasto (pastor) é educado, gentil e polido. Tem apenas 11 anos, cursa o sexto ano e foi caçoado por dois colegas de classe como maricas, bichinha, etc... (Caderno 26 - Diretora da rede estadual em Niterói)

Quando trabalhava em uma outra escola, presenciei uma situação de homofobia entre alunos do 2º segmento. Na verdade não tenho, e acredito que ninguém tinha a certeza de que o aluno era homossexual ou não. O menino por ter cabelo longo, ser dito mais educado do que a maioria dos outros alunos da mesma idade, era chamado de mulherzinha, viado, bicha. (Caderno 32 - Diretora adjunta e professora de educação infantil da rede municipal do Rio de Janeiro)

De outro lado, é interessante notar que nenhum registro atribui a nenhuma pessoa a característica *heterossexual*. Obviamente a heterossexualidade está dentro da escola, mas aparece nos relatos como presunção, como o óbvio que não precisa ser nomeado – talvez fruto da invisibilidade da própria norma. (Butler, 2003)

O que os registros falam é de uma série de sujeitos que investem fortemente na manutenção de um modelo binário e heteronormativo de sexualidade e comportamento, muitas vezes se utilizando de discursos religiosos. Alunos e alunas que, ao longo dos relatos, parecem defender um determinado modelo de gênero marcado por uma divisão rígida entre masculino e feminino. Educadores e educadoras que defendem uma educação que ensine e reforce esses modelos.

Ao mesmo tempo, os registros também descrevem, entre as pessoas cuja sexualidade e identidade de gênero não são nomeadas – talvez pela presunção da sua heterossexualidade – alunos/as e educadores/as que investem, de diferentes maneiras, no acolhimento e reconhecimento de diferentes sexualidades e práticas de gênero.

Assim, as diferenças nesses contextos não parecem estar marcadas simplesmente por uma dicotomia entre homossexuais/transsexuais e heterossexuais. O que nos parece é que, para além disso, há diferenças de *concepções culturais e morais*, que investem em diferentes modos de lidar com

gênero e sexualidade – na sua própria experiência pessoal ou na relação com o/a outro/a. Diferentes concepções sobre o que é certo ou errado, o que pode ou não pode ser permitido dentro do espaço escolar, quem pode ser reconhecido ou não, o que deve ser valorizado, o que deve ser ensinado. Mas estas discussões estão evidentemente relacionadas a uma norma, a um referencial hegemônico, diante do qual diferentes sujeitos vão se posicionar de diferentes maneiras.

Nesse campo, a escola aparece como uma *arena cultural* (Gabriel, 2000), um espaço onde entram em confronto – e em diálogo – diferentes sujeitos e diferentes modos de significação do mundo, o que inclui modos diferentes de significar a sexualidade, o gênero, a si mesmo e ao outro. Significações atravessadas pelas intencionalidades de diferentes sujeitos. Disputas que se dão no cotidiano, por quais significados vão ser hegemonicamente atribuídos ao mundo e às pessoas.

O que estamos tentando dizer é que *o que marca a diferença entre os sujeitos* que emergem a partir dos relatos não é apenas a orientação sexual/comportamento de gênero, mas suas *concepções culturais e morais* com relação a gênero e sexualidade – que nem sempre correspondem às expectativas mais óbvias. O embate parece se dar não simplesmente entre quem cumpre ou não as normas ainda hegemônicas que regem a sexualidade e o comportamento, mas entre quem acredita nestas normas e investe nelas enquanto valor moral e quem se contrapõe ou tem uma visão crítica diante delas e, portanto, propõe outros modos de estabelecer relações nesse âmbito.

## **4.2 Relações desiguais: violência e resistência**

Estes diferentes sujeitos que habitam o espaço escolar necessariamente se relacionam. Seria simplista demais afirmar que há um embate entre o conservadorismo e perspectivas transformadoras, especialmente porque, muitos dos sujeitos descritos nos relatos parecem viver um certo conflito na definição de suas próprias concepções morais. Há uma diversidade de discursos: religiosos, éticos, estéticos e morais que se entrecruzam de modos diversos, afastando qualquer possibilidade de uma leitura maniqueísta.

O que parece de fato evidente é que estas relações, no que diz respeito a diferenças que envolvem gênero e sexualidade, estão marcadas por uma forte

desigualdade e diversas pessoas vão ser submetidas a situações sistemáticas de violência e normalização.

Dos 37 diários com que trabalhamos, apenas seis negam a existência de situações de discriminações ligadas a gênero ou sexualidade em suas escolas. Na maioria, as situações de discriminação aparecem de forma expressiva. E mais do que algo esporádico ou extraordinário, essas situações são descritas como cotidianas, constantes, recorrentes,. Palavras como *sempre*, *constantemente*, *diariamente*, *cotidiano*, *comum* aparecem em grande parte dos relatos.

O aluno A foi agredido verbalmente dentro da escola, por violência de gênero, produzido pelo preconceito, pois o aluno citado é “assumido” homossexual. (...) Essa história foi relatada por uma aluna desta escola. (...) Segundo ela, este fato é tão comum que não levam ao conhecimento dos representantes da escola. (Caderno 27 - Professora do ensino fundamental da rede municipal de São Gonçalo)

Como a situação já havia se repetido outras vezes (...) (Caderno 11 - Professora de ensino fundamental da rede estadual em Nova Iguaçu)

Sim, frequentemente vivenciamos situações de discriminação. (Caderno 13 - Coordenadora pedagógica da rede estadual em Seropédica)

Entre as formas de violência, a *agressão verbal* é a que mais se destaca. Ela aparece em 23 dos 37 diários analisados, reiteradamente como algo comum ao cotidiano escolar.

(...) aluno de turma do 9º ano. Ano noturno, na qual leciono, é homossexual (gay). E enfrenta o preconceito dos colegas de turma; percebo que durante, as minhas aulas, sempre está sozinho, pois ninguém senta-se ao seu lado, os rapazes da turma quando se dirigem a ele, quase sempre o fazem em tom de insinuação e nunca os vi tratando esse aluno de forma respeitosa e conversando naturalmente com ele. (Caderno 3 - Professora de ensino médio da rede estadual em Nova Iguaçu)

Dentro da sala de aula, um aluno começa a agredir o outro com palavras; xingando de "bichinha louca". (Caderno 10 - Educadora de ensino fundamental da rede municipal de Belford Roxo)

Verbalizações discriminatórias que geram uma violência social são observadas comumente. Termos como "viadinho", "mulherzinha", "virá homem rapá", tornou-se o cotidiano de um aluno de 12 anos, que se identifica como homossexual (Caderno 18 - Professor de educação de jovens e adultos da rede estadual em Itaguaí)

Como apontado em tantas outras pesquisas (Castro, 2004), grande parte destas situações parecem ser ignoradas pelos/as educadores/as, banalizadas e naturalizadas, passam a ser entendidas como algo intrínseco ao dia a dia da escola.

Mas as situações de violência não se restringem à agressão verbal e muitos registros falam de violências físicas. Violências que acontecem dentro e fora da escola, atingindo alunos/as homossexuais ou não. Um relato em especial impressiona pela brutalidade descrita e pelo fato de, mesmo o estudante sendo menor de idade, diferentes profissionais (de educação e serviço social), segundo o relato, não tomarem nenhuma atitude diante da situação extrema de violência.

Vamos relatar aqui a história de Rafael e Gabriel, dois irmãos adolescentes gêmeos, estudantes do ensino fundamental, 6ª e 8ª séries, respectivamente. Gabriel cursa a 8ª série e sempre apresentou um estilo diferente de ser; já foi EMO e atualmente veste-se de maneira extravagante, usa maquiagem e se diz bissexual. Rafael se apresenta com atitudes bastante masculinas na tentativa de se afirmar diferente do irmão.

Gabriel é bastante criticado pelos professores, colegas e funcionários da escola que não aprovam o seu jeito diferente de ser, alguns até acham que a escola não deveria permitir uso de determinadas vestimentas e maquiagem. Outros o ridicularizam, o discriminam, exigindo dele uma atitude masculina (?) Por tabela, o irmão Rafael também é alvo de piadas, brincadeiras inoportunas e inadequadas (vou comer seu irmão hoje, dizem os colegas). Tudo isso gera um clima de muita agressividade no espaço escolar (os dois vivem brigando no colégio entre si e com os outros, agressões físicas inclusive)

Gabriel faltou muito no 2º semestre e acabou retido na série.

Esse ano de 2010, ao retornar, Gabriel me procurou e contou que sofreu uma agressão física séria do irmão mais velho, que é da marinha. O irmão bateu tanto nele que teve de ser hospitalizado, pois não conseguia urinar e sentia dores fortes.

O irmão bateu tanto em suas costas, na altura dos rins que paralisou-os e ele só conseguiu voltar a urinar com sonda. A assistente social do hospital desconfiou da agressão e questionou Gabriel perguntando sobre o incidente e se ele queria registrar queixa. Ele optou por omitir, pois não queria prejudicar profissionalmente o irmão.

Hoje, Gabriel é homossexual assumido, os professores melhoraram seu relacionamento com ele, seus colegas também, e seu relacionamento com o irmão Rafael também parece estar melhor.

Ambos continuam estudando na mesma escola.

(Caderno 1 - Orientadora educacional da rede municipal de São Gonçalo)

A violência, como mostra o relato anterior, não é perpetrada apenas por colegas de classe, mas pela família e também por educadores/as. São muitos os relatos que colocam professores/as, coordenadores/as e outros/as profissionais da escola como agentes de agressões verbais e constrangimentos.

Eu como professor, tento até hoje, controlar essas situações, mas infelizmente existem profissionais que ainda apóiam e interagem com esta situação. (Caderno 30 - Professora de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de Niterói)

É comum no espaço escolar situações onde as pessoas são discriminadas pelo tipo físico e por qualquer demonstração de uma opção sexual que não seja aceita como "normal" e infelizmente, em alguns casos isso parte de educadores (professores e funcionários). (Caderno 35 - Orientadora pedagógica do ensino fundamental da rede municipal de Caxias)

(...) lembro-me de um aluno que sempre ouvia piadinhas e risinhos por conta do seu jeito (...) Os comentários maldosos partiam tanto dos alunos quanto dos professores. (Caderno 8 - Professora de educação de jovens e adultos da rede municipal de Japeri)

O professor de educação física passa pelo banheiro feminino e vê dentro do banheiro um rapaz deitado no colo de algumas meninas. Então faz uma intervenção infeliz dizendo: Saia já daí! Só pode haver dois motivos para estar em um banheiro feminino, ou está querendo cobiçar as meninas, talvez até tendo sido convidadas por elas, ou só pode ser bichinha. Duas meninas que estavam abraçadas questionaram: Qual é o preconceito professor? E ele continuou: Deixa pra lá que vocês não tem mais jeito não, é caso perdido. (Caderno 5 - Professor de ensino médio da rede estadual de Niterói)

Uma professora passa um vídeo na escola, vídeo informativo sobre sexualidade e prevenção. Ao terminar seu tempo de aula, um aluno permanece na sala e diz: Professora sou homossexual e nasci assim. Imediatamente ela responde: Ah não meu filho. Deus fez homem e mulher, não fez meio termo. Você é homem e deve se apaixonar por uma menina. Ele responde: Não consigo. Sou diferente. O sinal toca e a professora diz ao aluno que outra hora conversariam. Ao chegar na sala dos professores relata: Perdi meu intervalo para ouvir purpurina, isso é inadmissível. (Caderno 5 - Professor de ensino médio da rede estadual de Niterói)

Também entre os/as educadores/as, a fala não parece ser a única possibilidade de agressão. Dois registros, feitos por cursistas que trabalham na mesma escola, trazem um preocupante relato que mistura violência física, agressão verbal e constrangimento, cujas vítimas são crianças na Educação Infantil:

Esse ano de 2010, durante as férias nota 10, na escola onde trabalho, uma colega foi ao banheiro das crianças e trouxe, pegando pelo braço, duas crianças (meninos). Ela apertava os braços e dizia: - vocês não imaginam o que esse aqui estava fazendo com esse pateta? Ele tava tentando se encaixar nesse bocó! Que tava de quatro!

Nisso, ela fechava os olhos, respirava fundo, levantando a cabeça para o teto. Foi direto para a secretaria com as crianças e lá só Deus sabe o que eles ouviram dela e da diretora adjunta.

(Caderno 31 - Professora de educação infantil da rede municipal de Niterói)

Ao retornar do recesso de julho este ano, ouvi falar que na última colônia de férias, intitulada Férias Nota 10 uma professora pegou um dos meus alunos de apenas 4 anos tirando o short e segundo ela comendo um outro menino em um dos banheiros da escola. A professora pegou os alunos com ar de reprovação, segurando-o firme pelo braço e expondo-o a toda escola. Chamava o aluno de viadinho e o outro de besta. Dirigiu o aluno, de apenas 4 anos, a secretária da escola, encaminhando-os a direção que ao ouvir a história contada pela professora, teve a mesma reação. Os alunos ouviram muitas broncas da direção e tiveram suas vidas expostas para toda escola. (Caderno 30 - Professora de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de Niterói)

Pesquisas apontam para o quanto estas situações de violência e agressão marcam a trajetória de muitos estudantes. Numa pesquisa realizada durante a Parada do Orgulho GLBT no Rio de Janeiro (Carrara, 2005), 40% dos adolescentes homossexuais entrevistados contaram já haver sofrido casos de discriminação dentro da escola. Entre jovens de 19 a 21 anos, 31% se referiram a discriminações na escola ou na faculdade. Na mesma pesquisa, 65% dos homossexuais já haviam sido vítimas de algum tipo de preconceito e 60% já haviam sofrido alguma forma de violência. A escola aparece em terceiro lugar como local ou contexto da discriminação (27% dos casos), atrás apenas do ambiente familiar e dos amigos e vizinhos. E mantém a mesma posição como espaço onde acontecem as agressões e outras violências (10%).

As “brincadeiras”, os apelidos, os pequenos constrangimentos cotidianos, o que parece irrelevante pode ser o prenúncio, e pior, o fundamento para uma cultura de violência, que exclui, agride, humilha, que pode ser o motivo de evasão escolar ou mesmo contribuir para conseqüências bem piores.

Não se sabe, até hoje, o quanto as críticas e deboches afetaram o rapaz. O fato é que ele não voltou mais na escola e ficou sem estudar. Infelizmente é o que sempre acontece nesses casos.

(Caderno 8 - Professora de educação de jovens e adultos da rede municipal de Japeri)

Uma menina de 15 anos começa a receber cartinhas de outra menina da escola. Sentiu-se incomodada com isso e comunicou a coordenação pedagógica. Esta conversou com a remetente que ouviu calada as palavras das C.P. A paquera continuou com cartas e cantadas carinhosas, e calorosas. A menina que estava sendo paquerada contava para as amigas e um dia questionada pela coordenação pedagógica se o assédio tinha terminado, respondeu que pelo contrário, aumentava. A unidade escolar, além de transferir a menina que enviava as cartinhas, convocou o responsável para uma conversa. A mãe compareceu a U.E. e quando lhe foi relatado o caso, a mãe agrediu verbalmente e fisicamente a filha dentro da escola e

disse que a tiraria da escola. A direção aceitou prontamente a decisão da mãe, colocando que realmente a menina provocara muitos problemas na U.E.  
(Caderno 5 - Professor de ensino médio da rede estadual de Niterói)

Certa ocasião, faz uns dez anos, quando trabalhava na região de Jacarepaguá com os Ensinos Médio e Fundamental, soube, tão logo no início do ano, que um aluno com quem ainda não tinha contato no ano anterior acabou com o seu sofrimento no período das férias.

Disseram-me vários alunos com a concordância de alguns colegas professores que o menino era muito arredo, de poucas palavras, tímido e tudo o mais que o afastasse dos amigos de sua idade. Um garoto de 12 anos e já cheio de problemas.

Tinha em sua mochila um kit de maquiagem que usava de forma discreta. Duas amigas, as únicas, sabiam disso e brincavam com o fato de “ele querer ser ela”. O menino queria ampliar a informação para toda a escola dizendo-se gay. Seus pais foram chamados a escola e após conversa de orientação se foram e no dia seguinte o menino não apareceu. Na semana seguinte, mais arredo ainda pouco fazia para ser observado e com aparências de sofrer violência física não falava, não sorria, nem estudava.

Já nas férias, reprovado, de castigo (segundo informações) pegou a arma do pai e de posse dela se matou.

(Caderno 11 - Professor de educação de jovens e adultos da rede estadual em São Gonçalo)

Há uma coisa interessante nos relatos de discriminações e violências, que não está exatamente nas histórias que contam, mas na *forma* como essas histórias são contadas. Na grande maioria, a vítima é claramente identificada (o aluno X), tem nome próprio, tem história familiar e trajetória escolar conhecida, enquanto os agressores/as são descritos sempre de forma difusa: "um grupo de alunos"; "os rapazes da turma", "os colegas". Os relatos descrevem a vítima em detalhes, o seu jeito de andar, de falar, as roupas que usa, a cor do seu cabelo, as suas notas, o seu temperamento, mas ao mesmo tempo são completamente imprecisos com relação aos agressores. Em alguns relatos eles nem mesmo aparecem no texto. O modo como a história é contada é sempre a partir da vítima: [temos um aluno homossexual e ele foi agredido] e nunca a partir do agressor [temos um aluno violento e ele agrediu um outro menino]. Essa escolha muito provavelmente não é uma simples coincidência sintática.

Podemos pensar aí em duas possibilidades: ou a discriminação é realizada por quase toda a escola, por um número tão grande de pessoas que se tornaria inviável nomear os agressores ou, de fato, apesar de todo o discurso, nas situações que envolvem homofobia e sexismo, ainda continuamos tendo como foco o/a aluno/a discriminado/a e não seus/suas agressores/as. Afinal, se em grande parte dos registros os/as educadores/as afirmam que o foco da ação diante de situações

de violência e discriminação não deve ser agir sobre a vítima, mas sobre os/as agressores/as, porque os relatos não trazem nada sobre eles/as? Quem são esses/as alunos/as agressores/as? Qual a sua configuração familiar? Qual a sua trajetória na escola? Em que outras situações semelhantes eles e elas já se envolveram?

O foco dos/as educadores/as parece ser sempre a vítima, enquanto seus agressores se mantêm na invisibilidade, citados difusamente e sem um acompanhamento sistemático dos/as educadores/as.

Neste contexto, estas vítimas não aparecem apenas subjugadas por situações de discriminação e violência, mas, em muitos casos, enfrentam a comunidade escolar, a direção, professores/as ou funcionários da escola na afirmação de suas identidades e direitos. Outras pesquisas que trabalham em contextos semelhantes evidenciam também a existência marcante de processos de resistência. (Aquad, 2004 ; Ferrari, 2007; Freitas, 2004; Furlani, 2005; Oliveira, 2006; Silva, 2007)

Nos relatos de violência ou discriminação com que trabalhamos aqui, muitos relatos colocam o/a aluno/a discriminado não numa posição passiva, mas falam de uma reação, que pode aparecer num comportamento mais agressivo desse/a aluno/a na escola, numa contra-argumentação diante de um/a educador/a, ou mesmo numa resposta violenta aos/às agressores/as - o que nos faz imaginar que muitos/as jovens vítimas da homofobia e do sexismo não estão mais simplesmente numa posição inerte de vítima, mas já conseguem reagir à violência que sofrem.

Por andar com as garotas, ter cabelo comprido, ser gentil, educado e bastante fechado, ele era visto como homossexual. Em uma das situações, ele e um grupo acabaram partindo para agressão física; ele não aguentou as provocações e bateu em 3 outros garotos. (Caderno 32 - Diretora adjunta e professora de educação infantil da rede municipal do Rio de Janeiro)

Ele ganhou o respeito da turma, mas estava sempre na defensiva. Conversamos sobre isso e ele justificou que cansou de ser humilhado e disse que ataca mesmo antes que o ataquem. (Caderno 29 - Orientadora educacional e professora de ensino técnico da rede estadual do Rio de Janeiro)

Duas meninas que estavam abraçadas questionaram: Qual é o preconceito professor? (Caderno 5 - Professor de ensino médio da rede estadual de Niterói)

O interessante é pensar que os relatos dessa resistência não falam de um movimento organizado ou de alguma intervenção externa. Nenhum dos relatos

que recolhemos faz referência a qualquer atuação de movimentos sociais no dia a dia das escolas. Os textos retratam uma movimentação realizada cotidianamente por adolescentes e jovens, possivelmente em extrema vulnerabilidade (dependência econômica, social, psicológica), no interior da escola. Movimentação que nos parece ser, hoje, um fator fundamental para a sensibilização dos educadores e um dos fatores de maior mobilização das escolas para buscarem ações, projetos, políticas públicas de formação/capacitação em gênero e sexualidade. Justamente porque essas situações de conflito e resistência produzem uma visibilidade não apenas de alguns sujeitos, mas que traz à tona a própria forma como a escola e os/as educadores/as lidam com a sexualidade e o gênero.

### 4.3 Ação institucional

Diante de tudo isso, um grande desafio parece ser o de como orientar a ação institucional da escola, dando conta de um ambiente escolar marcado pela diversidade de sujeitos e concepções, muitas vezes antagônicas e conflituosas. A grande parte das escolas não parece ter uma resposta pronta ou consensual.

Muitos/as educadores e educadoras reconhecem o desconforto e, em grande parte, desejam uma transformação nas suas perspectivas, na sua prática e na de seus/suas colegas. Isso aparece de forma consistente nos trechos em que os/as educadores/as falam sobre suas expectativas e motivações para participarem de um curso que discuta justamente diversidade sexual e de gênero.

Minhas expectativas em relação ao curso são de que ele me auxilia a lidar com as questões de diversidade sexual que encontramos na escola quanto mais no meu caso que trabalho em uma escola de periferia e no terceiro turno, ou seja na EJA. Espero que o curso possa me oferecer conhecimentos, e que eu contribua para que a rede em que eu atuo e os outros espaços em que eu venha atuar, sejam espaços de compreensão da diversidade. (Caderno 8 - Coordenadora pedagógica do ensino fundamental e educação de jovens e adultos da rede municipal de Nova Iguaçu)

A minha grande expectativa no curso sobre diversidade sexual é de procurar aprender como solucionar ou atenuar alguns problemas que acontecem na unidade escolar em que trabalho, (trabalho numa creche com alunos na faixa de 03 a 04 anos) problemas como o afloramento da sexualidade infantil. (Caderno 17 - Professor de educação infantil da rede municipal de Mesquita)

Sou pedagoga e atuo como professora em uma unidade de educação infantil, da rede Municipal de Educação de Niterói e venho observando o comportamento

infantil quanto a sexualidade e a reação dos educadores e das famílias frente a tais comportamentos, e algumas vezes não sei como administrar. Espero, neste curso, esclarecer dúvidas, trocar mais experiências e assim melhorar minha prática em sala de aula, aprendendo a lidar melhor com as questões de gênero que surgem na escola, auxiliando alunos e suas famílias que muitas vezes apresentam dificuldade em lidar com comportamento e opções de seus filhos. (Caderno 30 - Professora de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de Niterói)

Uma ambivalência entre admitir a dificuldade de lidar com essas diferenças e um desejo de construir modos de agir que promovam o respeito e o reconhecimento parece habitar grande parte dos/as educadores/as. Educadores/as que relatam uma sensação de incapacidade (técnica e pessoal) em lidar com o tema - e por isso recorrem a oficinas, cursos, projetos.

Apesar de eu ainda me assustar com essa diversidade sexual, apesar do mundo que estamos vivendo de toda modernidade eu sei que preciso conhecer melhor e acima de tudo respeitar a decisão de cada um.

E isso acontecendo com um aluno meu não sei como reagiria e é por isso tudo que eu quis participar do curso, preciso abrir minha mente e a lidar com situações mesmo que pareçam estranhas e acredito que o curso vai me ajudar e muito quero crescer como professora e acima de tudo como pessoa. (Caderno 7 - Professora de educação infantil e fundamental da rede municipal de Nilópolis)

Assim sendo, diante de tantas situações de conflito, seria possível imaginar que, em alguma ocasião, as equipes das escolas se reunissem para discutir especificamente essas questões. No entanto, nenhum dos relatos fala de momentos com esse objetivo.

Alguns relatos falam também sobre o desconhecimento de leis e normativas - os/as educadores/as não teriam acesso ou informação sobre legislação que verse especificamente sobre diversidade sexual, inclusive a normativas ou resoluções que tratam especificamente da escola, como o reconhecimento do uso do nome social de travestis e transexuais, por exemplo.

A responsabilidade por essa aparente “insegurança” com relação às políticas públicas na área não parece merecer recair apenas sobre os/as educadores/as e “desinformados”. A Universidade Federal de Goiás publicou em 2010 uma extensa pesquisa sobre políticas públicas neste campo, com um capítulo especialmente dedicado à educação. Segundo a pesquisa, no campo da educação, a introdução do tema da sexualidade em documentos oficiais é bem recente. Um dos primeiros documentos são as *Diretrizes para uma política educacional em*

*Sexualidade*, elaborado ainda no governo Fernando Henrique. No texto, ainda não há nenhuma referência à homossexualidade ou a LGBT. A *Lei de Diretrizes e Bases* de 1996 vai falar vagamente em *respeito à liberdade e apreço à tolerância*. Dois anos depois, os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, para o primeiro segmento do ensino fundamental, trazem o termo *orientação sexual*, mas como sinônimo de educação sexual. Nada no documento sugere que a escola deva incluir a discussão sobre diversidade sexual. As *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*, também de 1998, não fazem nenhuma referência a como a sexualidade deva ser tratada nesse segmento. O *Plano Nacional de Educação*, de 2001, continua falando vagamente sobre educação sexual e eliminação de textos discriminatórios, sem citar ou fazer qualquer referência específica à diversidade sexual ou a sujeitos homossexuais, transexuais ou LGBT.

O Plano Nacional de Direitos Humanos I, de 1996, e o PNDH II, de 2002, vão pouco a pouco ampliando o espaço dado a questões relativas à diversidade sexual, entendida ainda apenas como sinônimo de inclusão da população LGBT. Enquanto no primeiro os homossexuais já são nomeados como população vulnerável e a discriminação por orientação sexual citada, no segundo já aparecem os termos GLTTB, inclusive com um tópico inteiro dedicado a ações, em diferentes campos, que teriam como foco a superação das desigualdades nessa área. O *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos* talvez seja a primeira normativa oficial de abrangência nacional no campo específico da Educação que faz referência direta à diversidade sexual. (Freitas, 2010) Em 2001, o então Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde lançou a campanha *Travesti e respeito*, com um material específico chamado *A travesti e o educador: respeito também se aprende na escola*. Essa é a uma campanha pioneira e introduz pela primeira vez o tema do nome social nos documentos escolares. (Freitas, 2010)

Em 2004, foi lançado oficialmente o *Programa Brasil Sem Homofobia*, a partir de um intenso movimento de pressão coordenado pelo movimento social organizado junto ao Governo Federal. O Programa trazia uma série de ações previstas para serem realizadas por diferentes áreas do governo, que visavam a proteção, a superação das desigualdades e a promoção dos direitos. Em 2008, foi realizada a I Conferência Nacional LGBT, que produziu um *Plano Nacional LGBT* (2009), com uma série de orientações para as políticas focadas nessa

população e com um capítulo inteiro dedicado à Educação. A Conferência Nacional de Educação Básica, em 2008, já incluiu o tema da diversidade sexual e da homofobia, propondo ações nesse campo. Dois anos depois, a Conferência Nacional de Educação traz mais de vinte deliberações que tratam da população LGBT e da superação da discriminação por gênero e orientação sexual, uma ampliação considerável se comparada com as apenas cinco proposições da sua antecessora. (Freitas, 2010, p.283)

Dentro do Ministério da Educação, em 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Essa Secretaria é de certa forma responsável por todos os "excluídos", negros, indígenas, deficientes, jovens e adultos fora da idade escolar padrão e, claro, gays, lésbicas, travestis e transexuais. Através da sua Coordenação de Direitos Humanos, esta secretaria vem investindo em programas de formação continuada para profissionais de educação e na produção de materiais didáticos e paradidáticos que discutam diversidade sexual na escola. Mas ainda falta bastante até que as metas e diretrizes aí apontadas sejam minimamente alcançadas. Segundo Freitas,

O que se constata, então, é que inexistente no âmbito do MEC uma política de largo alcance com vistas ao combate à BTGLfobia nas escolas e à promoção da cidadania de alunos LGBT, por mais que haja iniciativas recentes, porém de alcance limitado. (2010, p.278)

No nível regional e local, vários estados e municípios já criaram órgãos específicos para trabalhar questões ligadas à população LGBT, a exemplo da CADS (Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual) de São Paulo, e a Coordenação Especial de Diversidade Sexual, no Rio de Janeiro. Também já existem leis estaduais ou municipais que proíbem a discriminação por orientação sexual, seja em órgãos públicos, seja em estabelecimentos comerciais. O estado do Pará foi o primeiro, em 2008, a reconhecer o direito ao uso do nome social para travestis e transexuais na rede estadual. Até final de 2011, dezenove estados e muitos municípios já possuíam algum tipo de decreto, resolução ou portaria, vinda das secretarias de educação ou dos conselhos locais, que tratam abertamente desse assunto. (ABGLT, 2012)

Sem dúvida houve avanços nos últimos anos, no entanto, segundo a pesquisa mencionada, as poucas políticas públicas existentes se restringem a ações

pontuais, não tocando fundo no que é propriamente pedagógico, no currículo ou na prática pedagógica:

(...) esse tipo de ação se caracteriza sobretudo por seu caráter pontual: “Realização de debates, seminários e cursos”, “Realização de cursos de capacitação e formação”, “Realização de cursos de qualificação”. Atividades que não pressupõem uma continuidade, são de curto prazo, não conseguem mudar a estrutura e a LBTGfobia institucional que caracteriza em nível profundo o sistema educacional brasileiro. Para a maioria dessas ações, não há planejamento, monitoramento e avaliação, encerrando-se em si mesmas e renovando-se com uma frequência que depende mais da boa vontade das gestoras, da pressão da sociedade civil e do repasse eventual de recursos para os níveis estadual e municipal por parte do Ministério da Educação. Note-se como ações que pressuporiam um trabalho de planejamento e execução mais de médio-longo prazo, atingindo o núcleo duro da TBGLfobia escolar, não são sinalizados como prioritários no âmbito dos órgãos das gestoras entrevistadas, a exemplo de “Reformulação dos currículos escolares visando à atualização de conteúdos que trabalhem as questões de gênero e sexualidade nos diferentes níveis da formação escolar”, “Monitoramento e revisão dos livros didáticos, manuais escolares e programas educativos, visando eliminar estereótipos, preconceitos e discriminações de gênero, orientação sexual, raciais nas escolas” e “Compra e distribuição de material didático-pedagógico sobre a temática LGBT para a rede municipal/estadual de ensino”. (Freitas, 2010, p.302)

Na prática, o discurso governamental pode soar confuso e contraditório para gestores/as locais e educadores/as. Ao mesmo tempo em que o governo federal investiu recursos em formações na área de diversidade sexual e na produção de materiais didáticos, o mesmo governo federal vetou um material desenvolvido pela próprio Ministério da Educação, com um justificativa oficial, reforçada pela própria presidenta da República, de que não caberia ao poder público fazer “propaganda de opção sexual”, enquadrando o material no campo da *moral* e dos *costumes*.

A despeito das contradições, parece que a informação sobre estas políticas públicas não chega a muitas escolas e educadores/as. Na nossa pesquisa, apenas dois relatos fazem menção a programas/projetos/ações governamentais no campo da sexualidade, e ambos citam o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas - um programa que estimula escolas a adotarem a educação sexual em seus currículos, desenvolvido pelos Ministérios da Educação e da Saúde, em parceria com a UNESCO e o UNICEF. Fora isso, há um enorme silêncio com relação à qualquer política pública ou orientação mais clara vindo de órgãos de gestão nesta área.

Isso reforça nossa percepção de que a ação institucional das escolas com relação a situações – especialmente de conflito – que envolvam questões ligadas a

gênero e sexualidade é construída na emergência exigida pelas circunstâncias e não a partir de uma reflexão sistematizada que envolva toda a equipe de profissionais da escola – muito menos a comunidade escolar como um todo. O debate sobre como lidar com os conflitos produzidos pelas diferenças relacionadas a gênero e sexualidade parece estar difuso no próprio cotidiano escolar e emerge, na imensa maioria dos casos, apenas quando provocado por alguma situação limite.

Assim, as reações descritas dos/as educadores/as e da própria direção das escolas são muito variáveis. Em primeiro lugar, muitos relatos reportam a omissão da direção/coordenação diante de diversas situações de conflito, aparentemente naturalizadas e banalizadas como parte do cotidiano. É, em geral, diante de situações de violência que os/as gestores/as terão de forçosamente tomar alguma atitude.

[sobre uma situação de perseguição sistemática a uma aluna por seu comportamento de gênero] Questionei a professora sobre como a escola via essa situação, se alguma ação de intervenção aconteceu e/ ou estava acontecendo. Ela disse que não. (Caderno 32 - Diretora adjunta e professora de educação infantil da rede municipal do Rio de Janeiro)

O aluno A foi agredido verbalmente dentro da escola, por violência de gênero, produzido pelo preconceito, pois o aluno citado é “assumido” homossexual. (...) Essa história foi relatada por uma aluna desta escola. Não houve conhecimento desses fatos pelos responsáveis dessa escola. Só direção, orientação e corpo docente. Segundo ela, este fato é tão comum que não levam ao conhecimento dos representantes da escola. (Caderno 27 - Professora do ensino fundamental da rede municipal de São Gonçalo)

Quando os relatos descrevem uma ação de fato da escola ou de educadores/as, a maioria reporta uma repressão a alunos/as que de alguma maneira descumprem expectativas de gênero e sexualidade – homossexuais ou não – mesmo quando vítimas de agressões e violências - e concomitantemente a reiteração da heteronormatividade e de determinados modelos de masculinidade e feminilidade. Sete registros falam de situações de violência em que os responsáveis do/a aluno/a agredido/a é que são chamados à escola, enquanto em apenas dois os responsáveis do/a agressor/a são convocados. Em alguns casos, como descrevem os relatos seguintes, educadores/as aconselham alunos/as perseguidos sistematicamente para que de alguma maneira aprendam a lidar e

conviver com as agressões cotidianas, desenvolvendo um discurso que parece culpabilizar a vítima.

A aluna é constantemente zoada como sapatão por colegas. A professora diz que ela é do tipo escrachada, se defende xingando, fala alto, chama atenção, fala palavrões. Costuma chutar o mobiliário em sala de aula. (...) A professora aproveitou para conversar com ela sobre seu comportamento e atitudes agressivas. Ela disse que reage assim porque as pessoas mexem com ela. A professora lhe orientou a agir de forma mais meiga, doce, tentando não revidar as provocações. (Caderno 32 - Diretora adjunta e professora de educação infantil da rede municipal do Rio de Janeiro)

É interessante perceber como, em muitos casos, se até aquele momento ninguém tinha sido repreendido/a por conta das agressões cotidianas que vinham acontecendo, quando a vítima reage de forma agressiva ela será imediatamente repreendida. Se a perseguição praticada por outros/as alunos/as era ignorada ou minimizada, da vítima vai ser cobrada uma maturidade e coerência no momento de reação incompatível com a idade e experiências descritas.

Na escola tínhamos um aluno gay que tinha problemas neurológicos e tomava remédios controlados. Ele sempre passou por problemas com a família e sempre passou por homofobia em sala de aula ouvindo piadinhas, quando ele cansava sempre vinha reclamar na secretaria e ouvia uma promessa vaga de que chamariam os meninos para conversar mas quando ele virava as costas diziam (diretora e equipe) ele que é espalhafatoso demais e deve provocar os meninos nada era feito até que um dia ele cansou e esbofeteou um dos colegas de classe, então a diretora quis suspendê-lo, eu fui contra e o defendi. Com a confusão ele desmaiou e ninguém queria socorrê-lo porque ele era gay. Absurdo! Foi um período difícil, mas a escola conseguiu fazer com que ele não desistisse dos estudos e ele terminou a 8ª fase (antiga 8ª série). Hoje está terminando o médio e sempre vai até lá nos visitar. (Caderno 33 - Técnico-administrativo de escola de ensino fundamental da rede municipal de Mesquita)

Alunos/as homossexuais – assumidos ou presumidos parecem receber um tratamento diferenciado, que os coloca, de forma mais acentuada, sob os olhares disciplinadores de alguns/mas educadores/as ou mesmo da direção da escola.

O problema era que um dos alunos da escola estava usando a internet para tenta seduzir outros garotos da escola a terem relações sexuais com ele. O caso se tornou cabeludo pelo seguinte: na escola muitos garotos usam a internet para tentar estabelecer relações sexuais com as meninas da escola. A diretora não tomou qualquer atitude quanto a isto. Quando o caso envolveu a homossexualidade de uma criança passou a ser tratado como problema e ela achou prudente que

descobrissemos que aluno era esse. É de se esperar que não deveria ter dentro de um ambiente escolar tratamento diferenciado para as atitudes das crianças. Neste caso específico, ele só se tornou um problema por e somente por conta da orientação sexual da mesma. (Caderno 14 - Professor de ensino fundamental da rede municipal de Nova Iguaçu)

Em alguns relatos, fica claro que, para alguns/mas educadores/as, era preferível que determinados sujeitos não estivessem na escola, para que não fossem obrigados/as a lidar com essas diferenças.

Há pouco tempo chegou em minha escola um aluno travesti, a diretora a princípio mostrou-se muito preocupada. Pediu que eu O. Educacional conversa-se (sic) com a professora e a prepara-se (sic) para este "DESAFIO", confesso que preferíamos que ele não aparecesse na escola. (Caderno 8 - Coordenadora pedagógica do ensino fundamental e educação de jovens e adultos da rede municipal de Nova Iguaçu)

O desrespeito a expectativas de gênero muitas vezes soa como desrespeito às próprias regras da escola. Alguns/mas educadores/as – e gestores/as – vêem como parte do seu trabalho e da sua obrigação como educadores/as a normatização de jeitos de vestir, de falar, de andar, de se comportar.

Geralmente os adolescentes homossexuais não estão sabendo elaborar (entender) sua própria sexualidade ou opção. Isso gera um comportamento inadequado em sala de aula. Tem dificuldades em respeitar regras. Sofrem com o preconceito... Ex.: um aluno do 8º ano gosta de balé e faz aberturas incríveis em sala, gerando maior tumulto. O que eles precisam entender é que a exigência do cumprimento da regra é para todos e não estamos exigindo demais dele por causa de sua opção. Quando acontece a situação relatada acima, convidamos o aluno para uma conversa na coordenação, registramos o fato no caderno de ocorrências e após ter conversado sobre assuntos diversos como, família, talentos pessoais, rendimento acadêmico, juntos fazemos combinados para respeito às regras." (Caderno 13 - Coordenadora pedagógica da rede estadual em Seropédica)

Ocorreu um fato na escola onde trabalho com um aluno do 4º ano do Ensino Fundamental onde a professora solicitou a presença da mãe desse aluno na escola, pois segundo a professora o aluno tem demonstrado comportamento “afeminado” e sofre com brincadeiras feitas pelos meninos da turma, pois o aluno só brinca com as meninas. A professora pediu a mãe para que ela conversasse com seu filho e tomasse alguma atitude, pois, “ainda dá tempo de mudar essa situação” (fala da professora se referindo ao comportamento do aluno). (Caderno 13 - Coordenadora pedagógica da rede estadual em Seropédica)

Nessa linha, muitas vezes emerge o discurso religioso, assumido sem constrangimentos por educadores/as e gestores/as, ignorando por completo a laicidade da escola pública.

Na turma de três anos B, tem um casal de [mães] lésbicas (...). Uma das educadoras do grupo afirma que é um "distúrbio espiritual temporário, e que o senhor as libertará!", mas em momento algum se dirige às mesmas com tal discurso ou forma discriminatória. (Caderno 16 - Diretora de escola de educação infantil da rede municipal de Mesquita)

Eu vou criar um caixa de brinquedos única, onde os alunos terão a liberdade de escolher o brinquedo que eles querem brincar, sem a repressão cristalizada dos gêneros. As portas dos banheiros já fica mais difícil por ser a direção da escola "evangélica" eles pretendem sempre que a diferenciação permaneça. (Caderno 10 - Educadora de ensino fundamental da rede municipal de Belford Roxo)

Um recém diretor de escola após atender um responsável comenta com a coordenadora pedagógica: Por isso que esse menino está assim. Olha a referência que ele tem: a mãe é casada com outra mulher. Isso é abominável! A coordenadora sem intervir continua a escutar. Não podemos aceitar nunca isso dentro dessa U.E. Deus não permite isso! Isso não provém de Deus e nós estamos aqui para educar. Educar certo! E continuou: Precisamos salvar essa criança, daqui a pouco será outra pessoa que achara que isso é normal. Pessoas do mesmo sexo se relacionarem. Que falta de vergonha! (Caderno 5 - Professor de ensino médio da rede estadual de Niterói)

Mas essa postura não é unânime. E o discurso religioso também é repreendido em alguns casos.

No momento do debate uma educadora se utilizou de algumas passagens bíblicas para explicar o homem e a mulher, mas foi contestada por outra educadora que reafirmou o fato de que deveríamos pensar como educadoras, sobre a prática pedagógica, não esquecendo que a escola é laica, e somente quando nos dispusermos a desconstruir alguns conceitos fortemente internalizados conseguiremos a educação, a escola para todos. (Caderno 16 - Diretora de escola de educação infantil da rede municipal de Mesquita)

No caso deste e de outros relatos, aparece um considerável desacordo entre educadores/as com relação a que postura a escola deve tomar diante de sujeitos com tal comportamento.

Foi explicado a mãe e a professora que não víamos problema em o aluno se sentir a vontade em brincar com as meninas, o trabalho a ser realizado nesse caso, seria com a turma em relação as brincadeiras, pois, o aluno não pode sofrer com essas brincadeiras, que é preciso um trabalho em relação a respeito diante das diversidades.

A professora não concordou, insistindo que o menino poderia sim mudar de comportamento, que segundo ela “ele ainda é criança e por isso tem tempo para mudanças”, e sugeriu a mãe colocá-lo numa terapia, como a mãe parece também não aceitar a condição do filho, concordou com a professora.

Diante da situação o caso foi encaminhado para o setor de psicologia da escola, para que o profissional pudesse esclarecer as duas qual a função da terapia e qual o problema a ser atacado, nesse caso seria o fato do aluno estar sendo vítima de bullying ou negativas de uma futura ou não homossexualidade. (Caderno 13 - Coordenadora pedagógica da rede estadual em Seropédica)

Outro relato fala também sobre a tentativa da escola de trabalhar a aceitação de diferentes comportamentos de gênero por parte dos/as alunos/as junto à família, nem sempre bem sucedida.

Na turminha de 3 anos da creche onde trabalho, havia um menino que só gostava de brincar com as meninas, principalmente com bonecas, disputa-as constantemente. Certo dia, sua mãe veio à creche para pedir que ninguém permitisse que ele brincasse com as meninas e nem de bonecas, pois isto, segundo ela era coisa de mariquinhas. Disse também que ia dar uma surra no menino, se soubesse do fato ocorrido na creche novamente. A mãe foi encaminhada para a orientadora educacional e mesmo assim, depois da conversa ela resolveu tirá-lo da creche. (Caderno 6 - Professora de educação infantil da rede municipal de Nova Iguaçu)

Existe também uma série de registros em que a escola se posiciona claramente na defesa desses/as alunos/as e na repreensão de agressores/as, afirmando publicamente valores como reconhecimento, diversidade e respeito.

Dentro da sala de aula, um aluno começa a agredir o outro com palavras; xingando de "bichinha louca".

1ª A professora chamou a atenção do agressor, exigindo que ele respeite o colega e não o discrimine (sic), e encaminhou para a O.E.

2ª A orientadora Educacional, aconselhou o aluno agressor e mostrou para ele que respeito ao colega é essencial para que todos os alunos da escola sintam que a liberdade sexual de todos é pessoal e não pode ser motivo de preconceito e que não é aceitável que isso ocorra dentro da escola, convite foi feito ao responsável.

3ª O responsável foi comunicado do incidente ocorrido para que também a escola tomar conhecimento da posição da família quanto ao fato ocorrido.

E foi pedido retratação em público do aluno agressor, para com o aluno agredido. para que todos os alunos da sala pudesse também aprenderem a respeitar as escolhas pessoais de cada um sem agredir, mas respeitar. (Caderno 10 - Educadora de ensino fundamental da rede municipal de Belford Roxo)

Aqui nos parece importante nos opormos a perspectivas dicotômicas, que simplesmente separam profissionais de educação em aliados ou discriminadores. Há, sem dúvida, educadores/as com uma ação que alimenta, compactua ou diretamente promove a discriminação e mesmo a violência – passíveis inclusive

de responsabilização legal pelos seus atos. Ao mesmo tempo, grande parte desses/as educadores/as parece agir num espaço de diferenças e conflitos, onde não há uma posição unânime. Nesse contexto, os discursos parecem muito contraditórios. As mesmas pessoas que relatam atitudes de apoio e reconhecimento das diferenças, apontam, em si mesmas, dificuldades para lidar com determinadas situações em que essas diferenças são mais marcantes. Outras que reportam a si mesmas como agentes da discriminação, também se mostram dispostas – e ansiosas – por transformarem suas concepções e suas práticas.

J.P. foi aluno da escola que dirigi por oito anos. Acompanhei (...) o menino cheio de trejeitos femininos ser gozado pelos colegas o que fazia nascer uma ira imensa em J.P, que passou a agir com seus colegas de forma agressiva e violenta. Sua tia era uma das merendeiras da escola e eles moravam bem próximo da unidade escolar ao terminar o 5º ano de escolaridade, ele saiu da escola e alguns anos mais tarde voltou lindo, melhor dizendo linda! Com seios, pernas torneadas e depiladas, rosto lisinho, cabelão..., J.P. era agora Pri... e me pareceu bem mais feliz e seguro para dar continuidade aos seus estudos, agora na Educação de Jovens e Adultos..., Me arrependo muito de não ter chamado o John de Priscila e o Sandrinho de Camila e sim de Sandrinho, se já o chamava no diminutivo (apelido), poderia tê-lo chamado pelo nome social, eles teriam ficados mais felizes e eu menos culpada. A ignorância...!!! (Caderno 12 - Diretora de escola de ensino fundamental da rede municipal de Nova Iguaçu)

O relato desta educadora exemplifica uma sensação que parece comum a outros/as profissionais: um conflito entre determinados valores e concepções que carregam – talvez há muito inculcados - que produzem desconforto na relação com a sexualidade não hegemônica e especialmente com transgressões das normas hegemônicas de comportamento de gênero, e uma vontade de transformar a si próprio, sua prática e seus modos de se relacionar com as diferenças.